

Conceito: Ética, Moral, Valores e Virtudes



Os valores éticos podem se transformar, assim como a sociedade se transforma, considerando que na sociedade desempenhamos papéis diferenciados e adequados a cada espaço de convivência. Nosso desempenho está associado ao que é preciso fazer na representação de cada papel. O que devemos ser é indicado pelas regras do coletivo de que fazemos parte. Cada sociedade se compõe de um conjunto de "ethos", ou seja, jeitos de ser, que conferem um caráter àquela organização. Para tanto, consideramos importante rever alguns conceitos:

ÉTICA E MORAL

latim: costumes, conduta.

Ética: **grego:** costumes, conduta, caráter. Etimologicamente as palavras possuem o mesmo significado; porém, conceitualmente diferem:

Moral: conjunto de regras indicadoras do bem a ser feito e do mal a ser evitado, para que a sociedade viva em harmonia e o indivíduo encontre a felicidade.

Ética: é a discussão, o debate, sobre as regras; a análise dos princípios que regem a moral. É a filosofia da moral.

O dicionário Aurélio define como:

1- parte da filosofia que estuda os valores morais da conduta humana.

2- conjunto de princípios morais que se devem observar no exercício de uma profissão.

Para *Terezinha Rios* a ética se apresenta como uma reflexão crítica sobre a moralidade, sobre a dimensão moral do comportamento do homem. Cabe a ela, enquanto investigação que se dá no interior da filosofia, procurar ver de forma clara, profunda e ampla os valores, problematiza-los, buscando sua consistência. No plano da ética estamos numa perspectiva de um juízo crítico, que quer compreender, quer buscar o sentido da ação. A moral indica o comportamento que deve ser considerado bom ou mal. A ética procura o fundamento do valor que norteia o comportamento. Na reflexão científica, ética seria:

Normas de comportamento - Ciência normativa

As grandes teorizações éticas gregas também traziam a marca do tipo de organização social daquela sociedade. E no decorrer da história os grandes pensadores buscaram formulações que explicassem:

Princípios mais universais;

Igualdade do gênero humano e suas próprias variações;

Uma boa teoria ética deveria ser capaz de explicar as variações de comportamento, características das diferentes formações culturais e históricas. Enfocando a ética grega e lembrando de Platão (427 -347 a . C.) : a " *virtude também é uma purificação*"; no Diálogo da Leis

afirma: "*Deus é a medida de todas as coisas*". As principais virtudes da ética platônica é a idéia do sumo bem:- justiça (dike) - virtude geral que ordena e harmoniza

- **prudência ou sabedoria** - é a virtude própria da alma racional
- **fortaleza ou valor** - é a que faz com que as paixões mais nobres predominem, e que o prazer se subordine ao dever
- **temperança** - é a virtude da serenidade, equivalente ao autodomínio, à harmonia individual.

Aristóteles (384 -322 a .C.) valorizava a vontade humana; a deliberação e o esforço em busca de bons hábitos. O homem precisa converter suas melhores disposições naturais em hábitos, de acordo com a razão (virtudes intelectuais). Mas essa auto-educação supõe um esforço voluntário, de modo que a virtude provém mesmo da liberdade, que delibera e elege inteligentemente. A virtude é uma espécie de segunda natureza, adquirida pela razão livre. Para *Sócrates* (470-399 a . C.) filósofo grego que aparece nos "*Diálogos de Platão*"(427-347 a .C.), usava o método da maiêutica que consistia em interrogar o interlocutor até que este chegasse por si mesmo à verdade, sendo assim uma espécie de "*parteiro das idéias*". *Sócrates* foi chamado "*O fundador da moral*", acentuando o aspecto de interiorização das normas, baseava-se principalmente na convicção pessoal.

Aristóteles distinguiu dois tipos de virtude: as **intelectuais** e as **morais**. Estas consistem no controle das paixões e são características dos movimentos espontâneos do caráter humano. Ao contrário do que muitos imaginam a virtude não é uma atividade, mas sim uma maneira habitual de ser. A virtude não pode ser adquirida da noite para o dia, porque depende de ser praticada. Com atos repetitivos, o homem acaba por transformá-los numa segunda natureza, numa disposição para agir sempre da mesma forma. O processo é sempre o mesmo, sejam os atos bons ou maus. Quando bons, temos a virtude. Quando maus, o vício.

A atividade daquele que age de acordo com os bons hábitos é o que chamamos de felicidade. Também é a felicidade mais auto-suficiente, porque não precisa de bens materiais para se efetivar. Dessa forma, como a condição fundamental para a conquista da felicidade é a virtude, e esta só pode ser adquirida mediante exercício e esforço, o homem tem que desenvolver mecanismos de ação que garantam a sua aquisição. Tais mecanismos são, em especial, os valores (educação) e as leis. Os valores desenvolvem no homem os hábitos virtuosos; as leis organizam e protegem o exercício da virtude pelos membros da sociedade.

Sócrates estabelece uma diferença entre o que eu digo e o que quero dizer (entre a formulação e o sentido das proposições), considera uma distância entre o exterior e o interior). Para *Rousseau* (1712 -1778) ética significava um agir de forma mais primitiva. "*O homem é bom por natureza e seu espírito pode sofrer aprimoramento quase ilimitada.*" Posteriormente *Kant* (1724 - 1804) final do século XVIII, alemão prussiano, baseava-se na ética de validade universal que apóia-se na igualdade fundamental entre os homens. Para *Kant* a natureza humana é uma natureza racional, o que equivale a dizer que a natureza nos fez livres, mas não nos disse concretamente o que fazer. Portanto, o homem como um ser natural, destinado pela natureza à liberdade, deve desenvolver está liberdade através da mediação de sua capacidade racional. Resumindo para ele "*ética é obrigação de agir segundo regras universais, comum a todos os seres humanos por ser derivada da razão.*" *Descartes*, propôs uma moral provisória para cuidar primeiro das questões teóricas, resolvendo as questões práticas do jeito que der. *Hegel* (1770 -1831) divide a ética em **subjetiva ou pessoal** e **objetiva ou social**. *Karl Marx* (1818 -1883) interpretou a história da humanidade como a história de uma luta constante com a natureza. A ação humana se define então como trabalho, como técnica. Para *Bertrand Russel* (1872 - 1970) a ética é subjetiva não contém afirmações verdadeiras ou falsas. Para *Habermas* (1929) a ética discursiva é baseada em diálogo, por sujeitos capazes de se posicionarem criticamente diante de normas.



O homem vive em sociedade, convive com outros homens e, portanto, cabe-lhe pensar e responder à seguinte pergunta: "*Como devo agir perante os outros?*". Trata-se de uma pergunta fácil de ser formulada, mas difícil de ser respondida. Ora, esta é a questão central da Moral e da Ética.

Moral e ética, às vezes, são palavras empregadas como sinônimos: conjunto de princípios ou padrões de conduta. Ética pode também significar Filosofia da Moral, portanto, um pensamento reflexivo sobre os valores e as normas que regem as condutas humanas. Em outro sentido, ética pode referir-se a um conjunto de princípios e normas que um grupo estabelece para seu exercício profissional (por exemplo, os códigos de ética dos médicos, dos advogados, dos psicólogos, etc.).

Em outro sentido, ainda, pode referir-se a uma distinção entre princípios que dão rumo ao pensar sem, de antemão, prescrever formas precisas de conduta (ética) e regras precisas e fechadas (moral).

Finalmente, deve-se chamar a atenção para o fato de a palavra "*moral*" ter, para muitos, adquirido sentido pejorativo, associado a "*moralismo*". Assim, muitos preferem associar à palavra **ética** os valores e regras que prezam, querendo assim marcar diferenças com os "*moralistas*".

Parte-se do pressuposto que é preciso possuir critérios, valores, e, mais ainda, estabelecer relações e hierarquias entre esses valores para nortear as ações em sociedade. Situações dilemáticas da vida colocam claramente essa necessidade.

Por exemplo, é ou não ético roubar um remédio, cujo preço é inacessível, para salvar alguém que, sem ele, morreria? Colocado de outra forma: deve-se privilegiar o valor "*vida*" (salvar alguém da morte) ou o valor "*propriedade privada*" (no sentido de não roubar)?

Seria um erro pensar que, desde sempre, os homens têm as mesmas respostas para questões desse tipo. Com o passar do tempo, as sociedades mudam e também mudam os homens que as compõem. Na Grécia antiga, por exemplo, a existência de escravos era perfeitamente legítima: as pessoas não eram consideradas iguais entre si, e o fato de umas não terem liberdade era considerado normal. Outro exemplo: até pouco tempo atrás, as mulheres eram consideradas seres inferiores aos homens, e, portanto, não merecedoras de direitos iguais (deviam obedecer a seus maridos).

Outro exemplo ainda: na Idade Média, a tortura era considerada prática legítima, seja para a extorsão de confissões, seja como castigo. Hoje, tal prática indigna a maioria das pessoas e é considerada imoral.

Portanto, a moralidade humana deve ser enfocada no contexto histórico e social. Por conseqüência, um currículo escolar sobre a ética pede uma reflexão sobre a sociedade contemporânea na qual está inserida a escola; no caso, o Brasil do século XX.

Tal reflexão poderia ser feita de maneira antropológica e sociológica: conhecer a diversidade de valores presentes na sociedade brasileira. A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, traz elementos que identificam questões morais.

Por exemplo, o art. 1º traz, entre outros, como fundamentos da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político. A idéia segundo a qual todo ser humano,

sem distinção, merece tratamento digno corresponde a um valor moral. Segundo esse valor, a pergunta de como agir perante os outros recebe uma resposta precisa: agir sempre de modo a respeitar a dignidade, sem humilhações ou discriminações em relação a sexo ou etnia. O pluralismo político, embora refira-se a um nível específico (a política), também pressupõe um valor moral: os homens têm direito de ter suas opiniões, de expressá-las, de organizar-se em torno delas. Não se deve, portanto, obrigá-los a silenciar ou a esconder seus pontos de vista; vale dizer, são livres. E, naturalmente, esses dois fundamentos (e os outros) devem ser pensados em conjunto. No art. 5º, vê-se que é um princípio constitucional o repúdio ao racismo, repúdio esse coerente com o valor dignidade humana, que limita ações e discursos, que limita a liberdade às suas expressões e, justamente, garante a referida dignidade.

No art. 3º, lê-se que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (entre outros):

I) construir uma sociedade livre, justa e solidária;

III) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Não é difícil identificar valores morais em tais objetivos, que falam em justiça, igualdade, solidariedade, e sua coerência com os outros fundamentos apontados.

No título II, art. 5º, mais itens esclarecem as bases morais escolhidas pela sociedade brasileira:

I) homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações; (...)

III) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante; (...)

VI) é inviolável a liberdade de consciência e de crença (...);

X) são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas (...).

Porém, aqui, três pontos devem ser devidamente enfatizados.

O primeiro refere-se ao que se poderia chamar de "*núcleo*" moral de uma sociedade, ou seja, valores eleitos como necessários ao convívio entre os membros dessa sociedade. A partir deles, nega-se qualquer perspectiva de "*relativismo moral*", entendido como "*cada um é livre para eleger todos os valores que quer*". Por exemplo, na sociedade brasileira não é permitido agir de forma preconceituosa, presumindo a inferioridade de alguns (em razão de etnia, raça, sexo ou cor), sustentar e promover a desigualdade, humilhar, etc. Trata-se de um consenso mínimo, de um conjunto central de valores, indispensável à sociedade democrática: sem esse conjunto central, cai-se na anomia, entendida seja como ausência de regras, seja como total relativização delas (cada um tem as suas, e faz o que bem entender); ou seja, sem ele, destrói-se a democracia, ou, no caso do Brasil, impede-se a construção e o fortalecimento do país.

O segundo ponto diz respeito justamente ao caráter democrático da sociedade brasileira. A democracia é um regime político e também um modo de sociabilidade que permite a expressão das diferenças, a expressão de conflitos, em uma palavra, a pluralidade. Portanto, para além do que se chama de conjunto central de valores, deve valer a liberdade, a tolerância, a sabedoria de conviver com o diferente, com a diversidade (seja do ponto de vista de valores, como de costumes, crenças religiosas, expressões artísticas, etc.). Tal valorização da liberdade não está em contradição com a presença de um conjunto central de valores. Pelo contrário, o conjunto garante, justamente, a possibilidade da liberdade humana, coloca-lhe fronteiras precisas para que

todos possam usufruir dela, para que todos possam preservá-la.

O terceiro ponto refere-se ao caráter abstrato dos valores abordados. Ética trata de princípios e não de mandamentos. Supõe que o homem deva ser justo. Porém, como ser justo? Ou como agir de forma a garantir o bem de todos? Não há resposta predefinida. É preciso, portanto, ter claro que não existem normas acabadas, regras definitivamente consagradas. A ética é um eterno pensar, refletir, construir.

LEGITIMAÇÃO DOS VALORES E REGRAS MORAIS

Diz-se que uma pessoa possui um valor e legitima as normas decorrentes quando, sem controle externo, pauta sua conduta por elas. Por exemplo, alguém que não rouba por medo de ser preso não legitima a norma "*não roubar*": apenas a segue por medo do castigo e, na certeza da impunidade, não a seguirá. Em compensação, diz-se que uma pessoa legitima a regra em questão ao segui-la independentemente de ser surpreendida, ou seja, se estiver intimamente convicta de que essa regra representa um bem moral.

Mas o que leva alguém a pautar suas condutas segundo certas regras?

Como alguns valores tornam-se traduções de um ideal de Bem, gerando deveres?

Seria mentir por omissão não dizer que falta consenso entre os especialistas a respeito de como um indivíduo chega a legitimar determinadas regras e conduzir-se coerentemente com elas.

Para uns, trata-se de simples costume: o hábito de certas condutas validam-nas.

Para outros, a equação deveria ser invertida: determinadas condutas são consideradas boas, portanto, devem ser praticadas; neste caso, o juízo seria o carro-chefe da legitimação das regras. Para outros ainda, processos inconscientes (portanto, ignorados do próprio sujeito, e, em geral, constituídos durante a infância) seriam os determinantes da conduta moral. E há outras teorias mais.

Afetividade

Toda regra moral legitimada aparece sob a forma de uma obrigação, de um imperativo: deve-se fazer tal coisa, não se deve fazer tal outra. Como essa obrigatoriedade pode se instalar na consciência? Ora, é preciso que os conteúdos desses imperativos toquem, em alguma medida, a sensibilidade da pessoa; vale dizer, que apareçam como desejáveis. Portanto, para que um indivíduo se incline a legitimar um determinado conjunto de regras, é necessário que o veja como traduzindo algo de bom para si, como dizendo respeito a seu bem-estar psicológico, ao que se poderia chamar de seu "*projeto de felicidade*". Se vir nas regras aspectos contraditórios ou estranhos ao seu bemestar psicológico pessoal e ao seu projeto de felicidade, esse indivíduo simplesmente não legitimará os valores subjacentes a elas e, por conseguinte, não legitimará as próprias regras.

Poderá, às vezes, comportar-se como se as legitimasse, mas será apenas por medo do castigo. Na certeza de não ser castigado, seja porque ninguém tomará conhecimento de sua conduta, seja porque não haverá algum poder que possa puni-lo, se comportará segundo seus próprios desejos. Em resumo, as regras morais devem apontar para uma possibilidade de realização de uma "*vida boa*"; do contrário, serão ignoradas.

Porém, fica uma pergunta: sendo que os projetos de felicidade são variados, que dependem inclusive dos diferentes traços de personalidade, e sendo também que as regras morais devem valer para todos (se cada um tiver a sua, a própria moral desaparece), como despertar o sentimento de desejabilidade para determinadas regras e valores, de forma que não se traduza em mero individualismo?

De fato, as condições de bem-estar e os projetos de felicidade são variados. Para alguns, por exemplo, o verdadeiro bem-estar nunca será usufruído na terra, mas sim alhures, após a morte. Tais pessoas legitimam determinadas regras de conduta, inspiradas por certas religiões, como as de origem cristã, porque, justamente, correspondem a um projeto de felicidade: ficar ao lado de Deus para a eternidade. Aqui na terra, podem até aceitar viver distantes dos prazeres materiais, pois seu bem-estar psicológico está em se preparar para uma "vida" melhor, após a morte física do corpo.

Outros, pelo contrário, pensam que a felicidade deve acontecer durante a vida terrena, e conseqüentemente não aceitam a idéia de que devam privar-se. E assim por diante. Verifica-se, portanto, que as formas de desejabilidade, derivadas de seus conteúdos, são variadas. No entanto, há um desejo que parece valer para todos e estar presente nos diversos projetos de felicidade: o auto-respeito.

A idéia básica é bastante simples. Cada pessoa tem consciência da própria existência, tem consciência de si. Tal consciência traduz-se, entre outras coisas, por uma imagem de si, ou melhor, imagens de si - no plural, uma vez que cada um tem várias facetas e não se resume a uma só dimensão. Ora, as imagens que cada um tem de si estão intimamente associadas a valores. Raramente são meras constatações neutras do que se é ou não se é. Na grande maioria das vezes, as imagens são vistas como positivas ou negativas. Vale dizer que é inevitável cada um pensar em si mesmo como um valor. E, evidentemente, cada um procura ter imagens boas de si, ou seja, ver-se como valor positivo. Em uma palavra, cada um procura se respeitar como pessoa que merece apreciação.

É por essa razão que o auto-respeito, por ser um bem essencial, está presente nos projetos de bem-estar psicológico, nos projetos de felicidade, como parte integrante. Ninguém se sente feliz se não merecer mínima admiração, mínimo respeito aos próprios olhos.

O êxito na busca e construção do auto-respeito é fenômeno complexo. Quatro aspectos complementares são essenciais.

O primeiro diz respeito ao êxito dos projetos de vida que cada pessoa determina para si. Os projetos variam muito de pessoa para pessoa, vão dos mais modestos empreendimentos até os mais ousados. Mas, seja qual for o projeto escolhido, o mínimo êxito na sua execução é essencial ao auto-respeito. Raramente se está "*de bem consigo mesmo*" quando há fracassos repetidos. A vergonha decorrente, assim como a frustração, podem levar à depressão ou à cólera.

O segundo aspecto refere-se à esfera moral. Cada um tem inclinação a legitimar os valores e normas morais que permitam, justamente, o êxito dos projetos de vida e o decorrente auto-respeito.

E, naturalmente, tenderá a não legitimar aqueles que representarem um obstáculo; aqueles que forem contraditórios com a busca e manutenção do auto-respeito. Assim, é sensato pensar que as regras que organizem a convivência social de forma justa, respeitosa e solidária têm grandes chances de serem seguidas. De fato, a justiça permite que as oportunidades sejam iguais para todos, sem privilégios que, de partida ou no meio do caminho, favoreçam alguns em detrimento de outros. Se as regras forem vistas como injustas, dificilmente serão legitimadas.

O terceiro aspecto refere-se ao papel do juízo alheio na imagem que cada um tem de si.

Pode-se afirmar o seguinte: a imagem e o respeito que uma pessoa tem de si mesma estão, naturalmente, referenciados em parte nos juízos que os outros fazem dela. Algumas podem ser extremamente dependentes dos juízos alheios para julgar a si próprias; outras menos. Porém, ninguém é totalmente indiferente a esses juízos. São de extrema importância, pois alguém que nunca ouça a crítica alheia - positiva ou negativa - corre o risco de enganar-se sobre si mesmo. Então, a crítica é necessária.

Todavia, há uma dimensão moral nesses juízos: é o reconhecimento do valor de qualquer pessoa humana, que não pode ser humilhada, violentada, espoliada, etc. Portanto, o respeito próprio depende também do fato de ser respeitado pelos outros. A humilhação - forma não rara de relação humana - freqüentemente leva a vítima a não legitimar qualquer outra pessoa como juiz e a agir sem consideração pelas pessoas em geral. As crianças conhecem esse mecanismo psicológico.

Uma delas, perguntada a respeito dos efeitos da humilhação, afirmou que um aluno assim castigado teria mais chances de reincidir no erro, pois pensaria: "*Já estou danado mesmo, posso fazer o que eu quiser*". Em resumo, serão legitimadas as regras morais que garantirem que cada um desenvolva o respeito próprio, e este está vinculado a ser respeitado pelos outros.

O quarto e último aspecto refere-se à realização dos projetos de vida de forma puramente egoísta. A valorização do sucesso profissional, coroado com gordos benefícios financeiros, o status social elevado, a beleza física, a atenção da mídia, etc., são valores puramente individuais (em geral relacionados à glória), que, para uma minoria, podem ser concretizados pela obtenção de privilégios (por exemplo, conhecer as pessoas certas que fornecem emprego ou acesso a instituições importantes), pela manipulação de outras pessoas (por exemplo, mentir e trapacear para passar na frente dos outros), e pela completa indiferença pelos outros membros da sociedade. Diz-se que se trata de uma minoria, pois é mero sonho pensar que todos podem ter carro importado, sua imagem na televisão, acesso aos corredores do poder político, etc. Mas o fato é que a valorização desse tipo de sucesso é traço marcante da sociedade atual (não só no Brasil, mas no Ocidente todo) e tende a fazer com que as pessoas o procurem mesmo que o preço a ser pago seja o de passar por cima dos outros, das formas mais desonestas e até mesmo violentas.

Resultado prático: a pessoa perderá o respeito próprio se não for bem-sucedida nos seus planos pessoais, mas não se, por exemplo, mentir, roubar, desprezar o vizinho, etc.

Ora, para que as regras morais sejam efetivamente legitimadas, é preciso que sejam partes integrantes do respeito próprio, ou seja, que o auto-respeito dependa, além dos diversos êxitos na realização dos projetos de vida, do respeito pelos valores e regras morais. Assim, a pessoa que integrar o respeito pelas regras morais à sua identidade pessoal, à imagem positiva de si, com grande probabilidade agirá conforme tais regras.

Em resumo, a dimensão afetiva da legitimação dos valores e regras morais passa, de um lado, por identificá-los como coerentes com a realização de diversos projetos de vida e, de outro, pela absorção desses valores e regras como valor pessoal que se procura resguardar para permanecer respeitando a si próprio.

Assim, o auto-respeito articula, no âmago de cada um, a busca da realização dos projetos de vida pessoais e o respeito pelas regras coerentes com tal realização.

Racionalidade

Se é verdade que não há legitimação das regras morais sem um investimento afetivo, é também

verdade que tal legitimação não existe sem a racionalidade, sem o juízo e a reflexão sobre valores e regras. E isso por três razões, pelo menos.

A primeira: a moral pressupõe a responsabilidade, e esta pressupõe a liberdade e o juízo.

Somente há responsabilidade por atos se houver a liberdade de realizá-los ou não. Cabem, portanto, o pensamento, a reflexão, o julgamento para, então, a ação. Em resumo, agir segundo critérios e regras morais implica fazer uma escolha. E como escolher implica, por sua vez, adotar critérios, a racionalidade é condição necessária à vida moral.

A segunda: a racionalidade e o juízo também comparecem no processo de legitimação das regras, pois dificilmente tais valores ou regras serão legítimos se parecerem contraditórios entre si ou ilógicos, se não sensibilizarem a inteligência. É por essa razão que a moral pode ser discutida, debatida, que argumentos podem ser empregados para justificar ou descartar certos valores. E, muitas vezes, é por falta dessa apreensão racional dos valores que alguns agem de forma impensada.

Se tivessem refletido um pouco, teriam mudado de idéia e agido diferentemente. Após melhor juízo, arrependem-se do que fizeram. É preciso também sublinhar o fato de que pensar sobre a moralidade não é tarefa simples: são necessárias muita abstração, muita generalização e muita dedução.

Tomando-se o exemplo da mentira, verifica-se que poucas pessoas pensaram de fato sobre o que é a mentira. A maioria limita-se a dizer que ela corresponde a não dizer, intencionalmente, a verdade. Na realidade, mentir, no sentido ético, significa não dar uma informação a alguém que tenha o direito de obtê-la. Com essa definição, pode-se concluir que mentir por omissão não significa trair a verdade, mas não revelá-la a quem tem direito de sabê-la.

Portanto, pensar, apropriar-se dos valores morais com o máximo de racionalidade é condição necessária, tanto à legitimação das regras e ao emprego justo e ponderado delas, como à construção de novas regras.

Finalmente, há uma terceira razão para se valorizar a presença da racionalidade na esfera moral: ter a capacidade de dialogar, essencial à convivência democrática. De fato, viver em democracia significa explicitar e, se possível, resolver conflitos por meio da palavra, da comunicação, do diálogo. Significa trocar argumentos, negociar. Ora, para que o diálogo seja profícuo, para que possa gerar resultados, a racionalidade é condição necessária. Os interlocutores precisam expressar-se com clareza - o que pressupõe a clareza de suas próprias convicções - e serem capazes de entender os diferentes pontos de vista. Essas capacidades são essencialmente racionais, dependem do pleno exercício da inteligência.

Respeito mútuo

O tema respeito é central na moralidade. E também é complexo, pois remete a várias dimensões de relações entre os homens, todas "*respeitosas*", mas em sentidos muito diferentes. Pode-se associar respeito à idéia de submissão. É o caso quando se fala que alguma pessoa obedece incondicionalmente a outra. Tal submissão pode vir do medo: respeita-se o mais forte, não porque mereça algum reconhecimento de ordem moral, mas simplesmente porque detém o poder. Porém, também pode vir da admiração, da veneração (porque é mais velho ou sábio, por exemplo), ou da importância atribuída a quem se obedece ou escuta (diz-se "*respeito muito as opiniões de fulano*"). Nesses exemplos, o respeito é compreendido de forma unilateral: consideração, obediência, veneração de um pelo outro, sem que a recíproca seja verdadeira ou necessária. Um intelectual observou bem a presença desse respeito unilateral na sociedade brasileira, por meio de uma expressão popularmente freqüente: "*Sabe com quem está falando?*". Essa expressão traduz uma exigência de respeito unilateral: "*Eu sou mais que você, portanto,*

respeite-me". É a frase que muitas "*autoridades*" gostam de empregar quando se sentem, de alguma forma, desacatadas no exercício de seu poder.

Porém, outra expressão popular também conhecida apresenta uma dimensão diferente do respeito:

"Quem você pensa que é?". Tal pergunta traduz a destituição de um lugar imaginariamente superior que o interlocutor pensa ocupar. Essa expressão é a afirmação de um ideal de igualdade, ou melhor, de reciprocidade: se devo respeitá-lo, você também deve me respeitar; não é a falta de respeito, mas sim a negação de sua associação com submissão. Trata-se de respeito mútuo. E o predicado mútuo faz toda a diferença.

Ora, é claro que tanto a dignidade do ser humano quanto o ideal democrático de convívio social pressupõem o respeito mútuo, e não o respeito unilateral.

Com a socialização, a aprendizagem e o desenvolvimento psicológico decorrente, essa assimetria tende a ser substituída pela relação de reciprocidade: respeitar e ser respeitado: ao dever de respeitar o outro, articula-se o direito (e a exigência) de ser respeitado. Considerar o respeito mútuo como dever e direito é de suma importância, pois ao permanecer apenas um dos termos, volta-se ao respeito unilateral: *"Devo respeitar, mas não tenho o direito de exigir o mesmo"* ou *"Tenho o direito de ser respeitado, mas não o dever de respeitar os outros"*.

O respeito mútuo expressa-se de várias formas complementares. Uma delas é o dever do respeito pela diferença e a exigência de ser respeitado na sua singularidade.

Tal reciprocidade também deve valer entre pessoas que pertençam a um mesmo grupo. Deve valer quando se fazem contratos que serão honrados, cada um respeitando a palavra empenhada e exigindo a recíproca. O respeito pelos lugares públicos, como ruas e praças, também deriva do respeito mútuo. Como tais espaços pertencem a todos, preservá-los, não sujá-los ou depredá-los é dever de cada um, porque também é direito de cada um poder desfrutá-los.

O respeito mútuo também deve valer na dimensão política. Embora política não se confunda com ética, a primeira não deve ser contraditória com a segunda. Logo, as diversas leis que regem o país devem ser avaliadas também em função de sua justeza ética: elas devem garantir o respeito mútuo, pois o regime político democrático pressupõe indivíduos livres que, por intermédio de seus representantes eleitos, estabelecem contratos de convivência que devem ser honrados por todos; portanto, o exercício da cidadania pressupõe íntima relação entre respeitar e ser respeitado.

Justiça

O tema da justiça sempre atraiu todos aqueles que pensaram sobre a moralidade, desde os filósofos gregos. Belíssimas páginas foram escritas, idéias fortes foram defendidas. O tema da justiça encanta e inquieta todos aqueles que se preocupam com a pergunta *"Como devo agir perante os outros?"*. A rigor, ela poderia ser assim formulada: *"Como ser justo com os outros?"*, ou seja, *"Como respeitar seus direitos? Quais são esses direitos? E os meus?"*.

O conceito de justiça pode remeter à obediência às leis. Por exemplo, se a lei prevê que os filhos são os herdeiros legais dos pais, deserdá-los será considerado injusto. Um juiz justo será aquele que se atém à lei, sem feri-la. Será considerado injusto se, por algum motivo, resolver ignorá-la.

Porém, o conceito de justiça vai muito além da dimensão legalista. De fato, uma lei pode ser justa ou não. A própria lei pode ser, ela mesma, julgada com base em critérios éticos. Por exemplo, no

Brasil, existiu uma lei que proibia os analfabetos de votarem. Cada um, intimamente ligado à sua consciência, pode se perguntar se essa lei era justa ou não; se os analfabetos não têm o direito de participar da vida pública como qualquer cidadão; ou se o fato de não saberem ler e escrever os torna desiguais em relação aos outros. Portanto, a ética pode julgar as leis como justas ou injustas.

As duas dimensões da definição de justiça são importantes. A dimensão legal da justiça deve ser contemplada pelos cidadãos. Muitos, por não conhecerem certas leis, não percebem que são alvo de injustiças. Não conhecem seus direitos; se os conhecessem, teriam melhores condições de lutar para que fossem respeitados.

Porém, a dimensão ética é insubstituível, precisamente para avaliar de forma crítica certas leis, para perceber como, por exemplo, privilegiam alguns em detrimento de outros. E os critérios essenciais para se pensar eticamente sobre a justiça são igualdade e equidade.

A igualdade reza que todas as pessoas têm os mesmos direitos. Não há razão para alguns serem "*mais iguais que os outros*". Eis um bolo a ser dividido: cada um deve receber parte igual.

Porém, o conceito de igualdade deve ser sofisticado pelo de equidade. De fato, na grande maioria das vezes, as pessoas não se encontram em posição de igualdade.

Nascem com diferentes talentos, em diferentes condições sociais, econômicas, físicas, etc. Seria injusto não levar em conta essas diferenças e, por exemplo, destinar a crianças e adultos os mesmos trabalhos braçais pesados (infelizmente, no Brasil, tal injustiça acontece). As pessoas também não são iguais no que diz respeito a seus feitos, e, da mesma forma, seria considerado injusto dar igual recompensa ou sanção a todas as ações (por exemplo, punir todo crime, da menor infração ao assassinato, com pena de prisão). Portanto, fazer justiça deve, em vários casos, derivar de cálculo de proporcionalidade (por exemplo, pena proporcional ao crime). Nesses casos, o critério é o da equidade que restabelece a igualdade respeitando as diferenças: o símbolo da justiça é, precisamente, uma balança.

A importância do valor justiça para a formação do cidadão é evidente. Em primeiro lugar, para o convívio social, sobretudo quando se detém algum nível de poder que traz a responsabilidade de decisões que afetam a vida de outras pessoas. Um pai ou uma mãe, que têm poder sobre os filhos e responsabilidade por eles, a todo momento devem se perguntar se suas decisões são justas ou não. Numa escola, o professor também deve se fazer essa pergunta para julgar a atitude de seus alunos.

Em segundo lugar, para a vida política: julgar as leis segundo critérios de justiça, julgar a distribuição de renda de um país segundo o mesmo critério, avaliar se há igualdade de oportunidades oferecidas a todos, se há impunidade para alguns, se o poder político age segundo o objetivo da equidade, se os direitos dos cidadãos são respeitados, etc. A formação para o exercício da cidadania passa necessariamente pela elaboração do conceito de justiça e seu constante aprimoramento.

Uma sociedade democrática tem como principal objetivo ser justa, inspirada nos ideais de igualdade e equidade. Tarefa difícil que pede de todos, governantes e governados, muito discernimento e muita sensibilidade. Se um regime democrático não conseguir aproximar a sociedade do ideal de justiça, se perdurarem as tiranias (nas quais o desejo de alguns são leis e os privilégios são normas), se os direitos de cada um (baseados na equidade) não forem respeitados, a democracia terá vida curta. Por essa razão, apresentam-se nos conteúdos itens referentes ao exercício político da cidadania: embora ética e política sejam domínios diferentes, com suas respectivas autonomias, o tema da justiça os une na procura da igualdade e da equidade.

Noções de Ética Empresarial e Profissional - O Padrão Ético no Serviço Público -A Gestão da Ética nas Empresas Públicas e Privadas - Conflitos de Interesse - Ética e Responsabilidade Social.

Ética empresarial

Um tema estreitamente relacionado com o de *Responsabilidade Social* é o de *Ética Empresarial*, que diz respeito ao conjunto de valores e normas que vigoram em uma empresa (ou entidade) e que respondem (ou são ativados) pela sua interação com o mercado e a sociedade.

É fácil identificar quando estamos diante de um deslize ético. Empresas subornam funcionários do Governo ou políticos para obterem vantagens para seus negócios; fazem a maquiagem de produtos (tivemos um caso recente no Brasil, quando muitas empresas alteraram o peso de seus produtos, sem alertarem adequadamente os consumidores); promovem propaganda enganosa, ressaltando atributos que os seus produtos e serviços não exibem; não discriminam efeitos nocivos de seus produtos, causando prejuízos aos consumidores (aqui se enquadram, quase sempre, representantes da indústria farmacêutica); ou mesmo monitoram, sem que os seus colaboradores, saibam seus e-mails e os recados em suas secretárias eletrônicas.

Simplificadamente, podemos entender como ética empresarial o " *conjunto de princípios e padrões que orientam o comportamento no mundo dos negócios*".

A ética empresarial pode ser definida como " *o comportamento da empresa - entidade lucrativa - quando ela age de conformidade com os princípios morais e as regras do bem proceder aceitas pela coletividade (regras éticas).*" *Diogo Leite de Campos, Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Coimbra*, tratando da ética empresarial no livro *Ética no Direito e na Economia*, Coordenado por *Ives Gandra Martins*, preleciona que: *A ética na atividade empresarial é este olhar desperto para o outro, sem o qual o eu não se humaniza; a atividade dirigida para o outro*". Para esse autor " *A atividade empresarial é eticamente fundada e orientada, quando se cria emprego, se proporciona habitação, alimentação, vestuário e educação, detendo os bens como quem os administra. Para os cristãos a ética empresarial é justiça e obras de misericórdia. Para muitos outros será a lei natural que diz que ninguém pode ser feliz/rico no meio de infelizes/pobres*".

Não há distinção entre moral e ética, " *A ética empresarial consiste na busca do interesse comum, ou seja, do empresário, do consumidor e do trabalhador*". Pode-se afirmar, também, que " *a lógica da empresa é necessariamente ética, e as empresas imorais não são, por conseguinte, autênticas empresas*".

É fundamental ter presente que a ética empresarial deve conciliar o desejo real e legítimo que as organizações têm de obter lucros e as necessidades e expectativas da sociedade. Na prática, é a própria sociedade, pela pressão dos stakeholders (acionistas, clientes, colaboradores, políticos, profissionais de comunicação, advogados etc), que define as regras a serem obedecidas pelas empresas para a observância de suas responsabilidades éticas. Algumas mudanças importantes ocorreram, no entanto, na última década, obrigando as empresas a buscarem, por conta própria,

disciplinar as suas atividades de modo a estarem de acordo com os padrões éticos/morais aceitos pela sociedade. Os consumidores estão mais conscientes de seus direitos e a mídia não tem economizado críticas para os desvios éticos das organizações, ou seja, é maior a vigilância exercida pela sociedade civil no sentido de coibir abusos de empresas, e entidades (e também de pessoas, em particular, como os políticos e membros do Governo). Em função desta mobilização ética, a legislação tem sido, paulatinamente, aperfeiçoada de modo a contemplar estas infrações e, sobretudo, a divulgação das condutas indesejáveis tem trazido graves prejuízos às organizações, porque podem abalar profundamente a sua reputação.

Na Sociedade da Informação, particularmente com a aceleração propiciada pela Internet, a imagem de uma organização fica, rapidamente, comprometida, se ela é apanhada em flagrante cometendo um deslize ético, sobretudo pela ação de grupos organizados, reunidos em listas de discussão ativas e com reconhecida capacidade de influência junto a segmentos importantes da opinião pública.

A elaboração, pelas organizações, de *Códigos de Ética* tem sido cada vez mais comum e representa não apenas uma declaração da conduta esperada dos colaboradores em seu relacionamento interno e externo, mas um compromisso com a cidadania. Evidentemente, é possível identificar, em muitos casos, *Códigos de Ética* que se caracterizam por um tom autoritário e que se prestam mais para explicitar (e legitimar) formas de punição para os funcionários que não "*rezam pela cartilha da empresa*", mas a tendência é que eles realmente se constituam em um instrumento estratégico que fortalece as relações e a convivência.

Pesquisa realizada pela profa. Maria Cecília Coutinho de Arruda, que consistiu na análise do conteúdo de 17 códigos de ética de empresas e entidades, sediadas no Brasil, concluiu que neles predominam o caráter construtivo, ou seja, "*mais do que conteúdo, o que elas (as organizações) buscam é uma estrutura lógica de documentos, orientados para os stakeholders e não propriamente um instrumento com características legais. Ainda que o cumprimento à legislação apareça em primeiro plano, fica claro que o intuito é agir conforme as normas e requisitos governamentais com base no respeito, e não na punição. O curioso é que, em geral, as penalidades dos códigos de ética se identificam com as previstas em leis para as respectivas infrações. Do ponto de vista empresarial, o máximo que pode ocorrer é a dispensa ou o desligamento dos empregados, fornecedores ou clientes.*"

É importante ressaltar alguns dados e fatos que comprovam a valorização pela sociedade, de maneira geral, e de setores, em particular, do comportamento ético. São, sobretudo, surpreendentes os que relacionam o desempenho de organizações e a sua imagem, enquanto socialmente responsáveis ou éticas. Os investimentos éticos têm hoje importância fundamental e algumas organizações (igrejas, fundos de pensão, órgãos de financiamento e fomento etc) levam em conta fatores sociais para aplicar os seus recursos. Como explicam *Klaus M. Leisinger e Karin Schmitt*, "*com sempre maior frequência, o dinheiro dos bens das igrejas, mas também dos fundos de pensão inteiramente comuns, são aplicados obedecendo a critérios morais. Entre outras coisas, é considerada a estrutura da atividade da empresa, o desempenho ambiental, a posição da mulher na empresa, sua linha de produtos (por exemplo, fumo, álcool, armas, jogos de azar ou energia atômica, como linhas críticas), mas também a segurança e a qualidade dos produtos. Além disso, muitos ethical investment funds também analisam aspectos de direitos humanos e de assuntos eticamente controversos, como, por exemplo, a proteção dos animais.*"

Estes autores trazem dados reveladores para legitimar a adesão do mercado e dos cidadãos às empresas éticas: "*se compararmos os cursos das ações das firmas aprovadas pelos fundos de aplicação éticos com o rendimento médio das ações (por exemplo, o índice Dow-Jones ou o Standard & Poors 500), as "boas" empresas se saem melhor ao longo de um intervalo de dez anos com uma vantagem cumulativa de mais de 180%. Esta correlação é particularmente clara no*

tocante á percepção da responsabilidade ecológica.

Ética Profissional

Em tudo parece haver uma tendência para a organização e os seres humanos não fogem a essa vocação. Em cada agrupamento, no entanto, depende de uma disciplina comportamental e de conduta.

Com referência ao ser humano em especial, é exigível uma conduta especial, denominada de Ética. Como os seres são heterogêneos, face suas próprias características, a homogeneização perante a classe precisa ser regulada de forma que o bem geral esteja preservado, incluindo o próprio indivíduo.

O ser humano é tendencioso a defender em primeiro lugar seus interesses próprios. Se laborado desta forma, em geral, tem seu valor restrito, enquanto ao praticar atos com amor, visando o benefício de terceiros, passa a existir a expressão social na sua prática.

O valor ético do esforço humano é, pois, variável de acordo com seu alcance em face da comunidade. Tem a estória de um sábio que procurava encontrar um ser integral, em relação ao seu trabalho. Entrou então numa obra e começou a indagar. Ao primeiro operário perguntou o que fazia e este respondeu-lhe:

- procuro ganhar meu salário.

O segundo, à mesma pergunta retrucou:

- preencho meu tempo.

O terceiro:

- estou construindo uma catedral para a minha cidade.

A este último, o sábio teria atribuído a qualidade de ser integral em relação ao seu trabalho, como instrumento do bem comum.

Atualmente, o grande problema do homem é auferir seus rendimentos, nem sempre da forma com que ele pretendia. As classes preocupam em defender-se contra a dilapidação de seus conceitos, mais por interesse corporativista do que por altruísmo.

A tutela do trabalho processa-se pelo caminho da exigência de uma ética, imposta através dos conselheiros profissionais e de agremiações classistas (institutos, associações, sindicatos, federações, etc). As normas devem ser condizentes com as diversas formas de prestar o serviço e de organizar o profissional para este fim.

Entretanto, a força econômica de determinados grupos pode ser tão forte, exercendo tamanha pressão, que pode dominar as entidades de classe e até o Congresso e ao Executivo das Nações, alterando em benefício próprio as normas regulamentadoras, como é o caso, por exemplo, a ação dos laboratórios estrangeiros sobre a lei de patentes no Brasil.

Assim, cada homem deve proceder de acordo com princípios éticos. Cada profissão, porém, exige, de quem a exerce, além dos princípios éticos comuns a todos os homens, procedimento ético de acordo com a profissão.

Portanto, o que é Ética Profissional?

Um profissional deve saber diferenciar a Ética da moral e do direito. A moral estabelece regras para garantir a ordem independente de fronteiras geográficas. O direito estabelece as regras de uma sociedade delimitada pelas fronteiras do Estado. As leis têm uma base territorial, valendo apenas para aquele lugar. Pessoas afirmam que em alguns pontos elas podem gerar conflitos. O desacato civil ocorre quando argumentos morais impedem que uma pessoa acate certas leis. Às vezes as propostas da ética podem parecer justas ou injustas. Ética é diferente da moral e do direito porque não estabelece regras concretas.

A Ética profissional se inicia com a reflexão. Quando escolhemos a nossa profissão, passamos a ter deveres profissionais obrigatórios. Os jovens quando escolhem sua carreira, escolhem pelo dinheiro e não pelos deveres e valores. Ao completar a formação em nível superior, a pessoa faz um juramento, que significa seu comprometimento profissional. Isso caracteriza o aspecto moral da ética profissional. Mesmo quando você exerce uma carreira remunerada, não está isento das obrigações daquela carreira.

Quando temos uma carreira a seguir devemos colaborar mesmo com o que não é proposto. Muitas propostas podem surgir, por isso devemos estar receptivos.

Sabemos que existem vários tipos de **ÉTICA**: ética social, do trabalho, familiar, profissional. Ética profissional é refletir sobre as ações realizadas no exercício de uma profissão e deve ser iniciada antes da prática profissional.

Se você já iniciou a sua atividade profissional fora da área que você gosta não quer dizer que você não tenha deveres e obrigações a cumprir como profissional.

Ética Profissional: Como é esta reflexão?

Algumas perguntas podem guiar a reflexão, até ela tornar-se um hábito incorporado ao dia-a-dia. Tomando-se o exemplo anterior, esta pessoa pode se perguntar sobre os deveres assumidos ao aceitar o trabalho como auxiliar de almoxarifado, como está cumprindo suas responsabilidades, o que esperam dela na atividade, o que ela deve fazer, e como deve fazer, mesmo quando não há outra pessoa olhando ou conferindo.

Pode perguntar a si mesmo: Estou sendo bom profissional? Estou agindo adequadamente? Realizo corretamente minha atividade?

É fundamental ter sempre em mente que há uma série de atitudes que não estão descritas nos códigos de todas as profissões, mas que são comuns a todas as atividades que uma pessoa pode exercer.

Atitudes de generosidade e cooperação no trabalho em equipe, mesmo quando a atividade é exercida solitariamente em uma sala, ela faz parte de um conjunto maior de atividades que dependem do bom desempenho desta.

Uma postura pró-ativa, ou seja, não ficar restrito apenas às tarefas que foram dadas a você, mas contribuir para o engrandecimento do trabalho, mesmo que ele seja temporário.

Se sua tarefa é varrer ruas, você pode se contentar em varrer ruas e juntar o lixo, mas você pode também tirar o lixo que você vê que esta prestes a cair na rua, podendo futuramente entupir uma saída de escoamento e causando uma acumulação de água quando chover.

Você pode atender num balcão de informações respondendo estritamente o que lhe foi

perguntado, de forma fria, e estará cumprindo seu dever, mas se você mostrar-se mais disponível, talvez sorrir, ser agradável, a maioria das pessoas que você atende também serão assim com você, e seu dia será muito melhor.

Muitas oportunidades de trabalho surgem onde menos se espera, desde que você esteja aberto e receptivo, e que você se preocupe em ser um pouco melhor a cada dia, seja qual for sua atividade profissional. E, se não surgir, outro trabalho, certamente sua vida será mais feliz, gostando do que você faz e sem perder, nunca, a dimensão de que é preciso sempre continuar melhorando, aprendendo, experimentando novas soluções, criando novas formas de exercer as atividades, aberto a mudanças, nem que seja mudar, às vezes, pequenos detalhes, mas que podem fazer uma grande diferença na sua realização profissional e pessoal. Isto tudo pode acontecer com a reflexão incorporada a seu viver.

E isto é parte do que se chama empregabilidade: a capacidade que você pode ter de ser um profissional que qualquer patrão desejaria ter entre seus empregados, um colaborador. Isto é ser um profissional eticamente bom.

Ética Profissional e relações sociais:

O varredor de rua que se preocupa em limpar o canal de escoamento de água da chuva, o auxiliar de almoxarifado que verifica se não há umidade no local destinado para colocar caixas de alimentos, o médico cirurgião que confere as suturas nos tecidos internos antes de completar a cirurgia, a atendente do asilo que se preocupa com a limpeza de uma senhora idosa após ir ao banheiro, o contador que impede uma fraude ou desfalque, ou que não maquia o balanço de uma empresa, o engenheiro que utiliza o material mais indicado para a construção de uma ponte, todos estão agindo de forma eticamente correta em suas profissões, ao fazerem o que não é visto, ao fazerem aquilo que, alguém descobrindo, não saberá quem fez, mas que estão preocupados, mais do que com os deveres profissionais, com as PESSOAS.

As leis de cada profissão são elaboradas com o objetivo de proteger os profissionais, a categoria como um todo e as pessoas que dependem daquele profissional, mas há muitos aspectos não previstos especificamente e que fazem parte do comprometimento do profissional em ser eticamente correto, aquele que, independente de receber elogios, faz A COISA CERTA.

A Ética Virtual

A Internet está mudando o comportamento ético das empresas. A Internet muda a velocidade dos acontecimentos, a forma de remuneração dos funcionários e o ambiente de trabalho.

A Ética no Serviço Público

Quando falamos sobre ética pública, logo pensamos em corrupção, extorsão, ineficiência, etc, mas na realidade o que devemos ter como ponto de referência em relação ao serviço público, ou na vida pública em geral, é que seja fixado um padrão a partir do qual possamos, em seguida julgar a atuação dos servidores públicos ou daqueles que estiverem envolvidos na vida pública, entretanto não basta que haja padrão, tão somente, é necessário que esse padrão seja ético, acima de tudo.

O fundamento que precisa ser compreendido é que os padrões éticos dos servidores públicos advêm de sua própria natureza, ou seja, de caráter público, e sua relação com o público. A questão da ética pública está diretamente relacionada aos princípios fundamentais, sendo estes comparados ao que chamamos no Direito, de "Norma Fundamental", uma norma hipotética com premissas ideológicas e que deve reger tudo mais o que estiver relacionado ao comportamento

do ser humano em seu meio social, aliás, podemos invocar a Constituição Federal. Esta ampara os valores morais da boa conduta, a boa fé acima de tudo, como princípios básicos e essenciais a uma vida equilibrada do cidadão na sociedade, lembrando inclusive o tão citado, pelos gregos antigos, "*bem viver*".

Outro ponto bastante controverso é a questão da impessoalidade. Ao contrário do que muitos pensam, o funcionalismo público e seus servidores devem primar pela questão da "*impessoalidade*", deixando claro que o termo é sinônimo de "*igualdade*", esta sim é a questão chave e que eleva o serviço público a níveis tão ineficazes, não se preza pela igualdade. No ordenamento jurídico está claro e expresso, "*todos são iguais perante a lei*".

E também a idéia de impessoalidade, supõe uma distinção entre aquilo que é público e aquilo que é privada (no sentido do interesse pessoal), que gera, portanto, o grande conflito entre os interesses privados acima dos interesses públicos. Podemos verificar abertamente nos meios de comunicação, seja pelo rádio, televisão, jornais e revistas, que este é um dos principais problemas que cercam o setor público, afetando assim, a ética que deveria estar acima de seus interesses.

Não podemos falar de ética, impessoalidade (sinônimo de igualdade), sem falar de moralidade. Esta também é um dos principais valores que define a conduta ética, não só dos servidores públicos, mas de qualquer indivíduo. Invocando novamente o ordenamento jurídico podemos identificar que a falta de respeito ao padrão moral, implica, portanto, numa violação dos direitos do cidadão, comprometendo inclusive, a existência dos valores dos bons costumes em uma sociedade.

A falta de ética na Administração Pública encontra terreno fértil para se reproduzir, pois o comportamento de autoridades públicas estão longe de se basearem em princípios éticos e isto ocorre devido a falta de preparo dos funcionários, cultura equivocada e especialmente, por falta de mecanismos de controle e responsabilização adequada dos atos anti-éticos.

A sociedade por sua vez, tem sua parcela de responsabilidade nesta situação, pois não se mobilizam para exercer os seus direitos e impedir estes casos vergonhosos de abuso de poder por parte do Poder Público. Um dos motivos para esta falta de mobilização social se dá, devido á falta de uma cultura cidadã, ou seja, a sociedade não exerce sua cidadania. A cidadania Segundo *Milton Santos* "*é como uma lei*", isto é, ela existe mas precisa ser descoberta, aprendida, utilizada e reclamada e só evolui através de processos de luta. Essa evolução surge quando o cidadão adquire esse *status*, ou seja, quando passa a ter direitos sociais. A luta por esses direitos garante um padrão de vida mais decente. O Estado, por sua vez, tenta refrear os impulsos sociais e desrespeitar os indivíduos, nessas situações a cidadania deve se valer contra ele, e imperar através de cada pessoa. Porém *Milton Santos* questiona, se "*há cidadão neste país*"? Pois para ele desde o nascimento as pessoas herdaram de seus pais e ao longo da vida e também da sociedade, conceitos morais que vão sendo contestados posteriormente com a formação de idéias de cada um, porém a maioria das pessoas não sabem se são ou não cidadãos.

A educação seria o mais forte instrumento na formação de cidadão consciente para a construção de um futuro melhor.

No âmbito Administrativo, funcionários mal capacitados e sem princípios éticos que convivem todos os dias com mandos e desmandos, atos desonestos, corrupção e falta de ética tendem a assimilar por este rol "*cultural*" de aproveitamento em benefício próprio.

Se o Estado, que a princípio deve impor a ordem e o respeito como regra de conduta para uma sociedade civilizada, é o primeiro a evidenciar o ato imoral, vêem esta realidade como uma razão, desculpa ou oportunidade para salvar-se, e, assim sendo, através dos usos de sua atribuição pública.

A consciência ética, como a educação e a cultura são aprendidas pelo ser humano, assim, a ética na administração pública, pode e deve ser desenvolvida junto aos agentes públicos ocasionando assim, uma mudança na administração pública que deve ser sentida pelo contribuinte que dela se utiliza diariamente, seja por meio da simplificação de procedimentos, isto é, a rapidez de respostas e qualidade dos serviços prestados, seja pela forma de agir e de contato entre o cidadão e os funcionários públicos.

A mudança que se deseja na Administração pública implica numa gradativa, mas necessária "*transformação cultural*" dentro da estrutura organizacional da Administração Pública, isto é, uma reavaliação e valorização das tradições, valores, hábitos, normas, etc, que nascem e se forma ao longo do tempo e que criam um determinado estilo de atuação no seio da organização.

Conclui-se, assim, que a improbidade e a falta de ética que nascem nas máquinas administrativas devido ao terreno fértil encontrado devido à existência de governos autoritários, governos regidos por políticos sem ética, sem critérios de justiça social e que, mesmo após o advento de regimes democrático, continuam contaminados pelo "*vírus*" dos interesses escusos geralmente oriundos de sociedades dominadas por situações de pobreza e injustiça social, abala a confiança das instituições, prejudica a eficácia das organizações, aumenta os custos, compromete o bom uso dos recursos públicos e os resultados dos contratos firmados pela Administração Pública e ainda castiga cada vez mais a sociedade que sofre com a pobreza, com a miséria, a falta de sistema de saúde, de esgoto, habitação, ocasionados pela falta de investimentos financeiros do Governo, porque os funcionários públicos priorizam seus interesses pessoais em detrimento dos interesses sociais.

Finalizando, gostaríamos de destacar alguns pontos básicos, que baseado neste estudo, julgamos essenciais para a boa conduta, um padrão ético, impessoal e moralístico:

1 - Podemos conceituar ética, também como sendo um padrão de comportamento orientado pelos valores e princípio morais e da dignidade humana.

2 - O ser humano possui diferentes valores e princípios e a "*quantidade*" de valores e princípios atribuídos, determinam a "*qualidade*" de um padrão de comportamento ético:

- Maior valor atribuído (bem), maior ética.
- Menor valor atribuído (bem), menor ética.

3 - A cultura e a ética estão intrinsecamente ligadas. Não nos referimos a palavra cultura como sendo a quantidade de conhecimento adquirido, mas sim a qualidade na medida em que esta pode ser usada em prol da função social, do bem estar e tudo mais que diz respeito ao bem maior do ser humano .

4 - A falta de ética induz ao descumprimento das leis do ordenamento jurídico.

5 - Em principio as leis se baseiam nos princípios da dignidade humana, dos bons costumes e da boa fé.

6 - Maior impessoalidade (igualdade), maior moralidade = melhor padrão de ética.

A Gestão da Ética nas Empresas Públicas e Privadas

A ética foi recolocada na agenda menos por seus aspectos benéficos do que pelos efeitos perversos que resultam da sua falta. A falta de ética compromete a capacidade de governança e representa risco à sobrevivência das organizações, públicas e privadas.

O acesso à informação foi ampliado e democratizado, os negócios se tornaram mais visíveis passando a ser acompanhados mais de perto pela sociedade. Os governos tornaram-se grandes edifícios de vidro transparente. Se a sociedade desconfia da integridade dos administradores públicos e dos políticos em geral não adianta tentar convencê-la de que está errada.

O fato concreto e constrangedor é que a falta de ética e a corrupção existem em larga escala e os meios convencionais de repressão legal têm apresentado resultados limitados.

A teoria econômica nem sempre reconheceu a motivação ética como um fator importante na decisão dos agentes econômicos. Por algum tempo se acreditou que práticas não éticas poderiam funcionar como o "*azeite necessário para fazer mover engrenagens emperradas*", resultado prático da controvérsia sobre os efeitos econômicos da corrupção. Sem embargo, a importância da ética para a efetividade dos contratos, assim como para a boa governança pública e corporativa vem ganhando espaço, neste caso aspecto confirmado por avaliação de resultados de programas de fortalecimento institucional e modernização, onde mesmo experiências bem sucedidas nem sempre foram suficientes para assegurar a confiança das pessoas no caráter ético da motivação dos agentes públicos.

Hoje o desafio reside menos na sensibilização da importância de um clima ético nas organizações, sobretudo após os recentes escândalos envolvendo grandes empresas transnacionais com *Enron*, *Worldcom*, *Arthur Andersen* e *Parmalat*, entre outras, e mais no que pode ser feito em matéria de ações compensatórias específicas, aferíveis e executáveis em prazo certo de tempo, que se demonstrem suficientes para minimizar os riscos de desvios éticos a que estão sujeitas as organizações.

Acordos internacionais

Vale destacar as seguintes convenções internacionais, que explicitaram o compromisso dos países em matéria de ações específicas para a promoção da ética e o combate à corrupção:

- Convenção Interamericana Contra a Corrupção (OEA, 1996).
- Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (OECD, 1997).
- Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (ONU, 2003).
- Carta-documento "Atributos mínimos necessários para uma administração tributária sadia e eficaz" (CIAT, 1996).

Promoção da Ética

A promoção da ética nas organizações não é desafio que possa ser enfrentado por ação isolada. Envolve fortalecimento institucional e estabelecimento de um padrão ético efetivo. Em outras palavras, que a organização tenha capacidade de gerar os resultados que dela se espera dentro de um padrão de conduta estrito, em linha com os valores éticos que a sociedade deseja sejam observados.

Contar com uma adequada "*infra-estrutura ética*" é a base para o desenvolvimento de um programa de promoção da ética eficaz, que pressupõe transparência e *accountability* e envolve:

- **Gestão** - Condições sólidas para o serviço público, por meio de uma política efetiva de recursos humanos e que contemple uma instância central voltada para a ética.
- **Orientação** - Engajamento das lideranças, códigos que expressem valores e padrões e socialização profissional, por meio de educação e treinamento.

- **Controle** - Quadro normativo que garanta a independência dos procedimentos de investigação e processo, prestação de contas e envolvimento do público.

O estabelecimento de padrão ético efetivo integra um movimento internacional para assegurar a tão abalada confiança das pessoas nas instituições e dar segurança aos seus quadros para que possam exercer suas funções em toda a sua plenitude. Com efeito, diante de um ambiente mais transparente e uma sociedade cada vez mais ciosa do respeito a uma conduta estritamente ética, passou-se a observar que muitos profissionais deixam de tomar certas decisões ou empreender certas ações simplesmente porque têm dúvidas se serão questionadas quanto ao aspecto ético.

Não obstante a diversidade cultural e as diferenças de caráter político e administrativo, pode-se identificar algumas características comuns que constituem a espinha dorsal da gestão da ética, que tem por objetivo o estabelecimento de um padrão ético efetivo.

A gestão da ética transita em um eixo bem definido, constituído por:

- **Valores éticos** - Representam a expectativa da sociedade quanto à conduta dos agentes públicos
- **Normas de conduta** - São o desdobramento dos valores, funcionando como um caminho prático para que os valores explicitados sejam observados
- **Administração** - Tem o objetivo zelar pelos valores e normas de conduta, assegurando sua efetividade.

Código de Conduta

Quando se fala em ética no sentido mais estrito, tal qual aparece em expressões com "*ética do servidor público*", está-se em geral referindo a um padrão que serve de guia para a conduta de um determinado grupo.

A aprovação de um **código de conduta** é o meio pelo qual um dado grupo explicita seus compromissos de relacionamento com suas partes (clientes, fornecedores, colaboradores, etc).

Não há receita para um código de conduta, contudo, ele costuma reunir valores éticos, regras de conduta e aspectos diversos de sua administração.

Em geral todo código de conduta apresenta um conjunto de deveres e obrigações na área cinzenta que vai além do simples cumprimento do que já está disposto nas leis.

Assumindo que o cumprimento da lei é o mínimo da ética, ou ainda que o objetivo não é o mero cumprimento da lei, mas seu "*bom*" cumprimento, a área por excelência dos códigos de conduta é o terreno cinzento entre o que é legal, mas não é moral.

Deve ser objeto de preocupação dos códigos de conduta todo problema ou dilema ético cuja solução diferenciada afete a reputação da organização. Ainda que a espinha dorsal dos valores éticos de referência não se alterem muito, as regras práticas que constam dos códigos podem assumir maior amplitude conforme as características da organização, do seu negócio e do entorno.

Os valores éticos que mais aparecem entre os países membros da OECD são:

- imparcialidade,
- legalidade,

- integridade,
- transparência,
- eficiência,
- equidade,
- responsabilidade,
- justiça.

Não obstante os valores definidos serem obviamente "*auto-aplicáveis*", as normas de conduta procuram traduzi-los de forma mais prática. Grande arte desse esforço, conforme a experiência dos países, reside na prescrição de condutas a partir da identificação de situações que suscitam conflitos de interesses. Exemplo de matérias freqüentemente reguladas pelos códigos de conduta:

- recebimento de presentes;
- agrados e favores em geral;
- exercício de atividades concomitantes com a função pública;
- gestão de interesses patrimoniais e financeiros;
- relacionamentos pessoais e de parentesco, atividades profissionais após deixar a função, etc.

Implementação de um Código de Conduta

O processo de elaboração de um código de conduta cria uma dinâmica favorável ao clima ético na organização. Contudo, sua efetividade dependerá da forma como for implementado.

A implementação de um código de conduta (administração) implica no desenvolvimento das seguintes funções básicas:

- **Normatização** - Nesta função busca-se assegurar congruência, simplicidade e suficiência às normas, além de orientação tempestiva sobre sua aplicação em situações práticas que suscitam dúvidas.
- **Educação** - Considerada de forma ampla, abrange não apenas o processo de comunicação das normas, mas sua compreensão e internalização, por meio de programas sistemáticos de capacitação e treinamento.
- **Monitoramento** - Acompanha a observância das normas, a fim de permitir o exame das causas de não efetividade.
- **Sistema de conseqüências** - Tem o objetivo de garantir a aplicação das medidas corretivas necessárias para que as causas de transgressão aos valores e normas sejam adequadamente enfrentados.

Três boas práticas em gestão da ética

- **Revelação de interesses** - Vários escritórios de ética contam com declarações onde servidores revelam situações que efetiva ou potencialmente podem suscitar conflitos de interesses com o exercício da função pública. A partir dessa "*auto-revelação*", é identificar medidas para prevenir tais conflitos.
- **Ênfase nos aspectos de comunicação, orientação e capacitação** - Em grande parte das vezes o desvio ético não resulta de nenhum objetivo premeditado de transgredir as normas de conduta, mas de simples desconhecimento ou despreparo quanto à sua aplicação a situações reais do dia a dia, daí a importância de uma comunicação efetiva das normas, canais de orientação que funcionem e programas de capacitação e treinamento sistemáticos.
- **Avaliação** - É fundamental que as áreas de gestão da ética contem com indicadores que

permitam aferir os resultados dos trabalhos desenvolvidos.

Conflitos de Interesses

O estabelecimento de uma relação entre pessoas sempre implica em assumir deveres associados a direitos que são reconhecidos como presentes nesta situação. O reconhecimento de um direito traz como consequência o estabelecimento de um dever associado, para si ou para os outros. Pode haver direitos sem que haja a necessidade de cumprir deveres. O caso de um recém-nascido, por exemplo, é uma pessoa, com todos direitos reconhecidos, mas ainda sem deveres que ele próprio deva cumprir. Os profissionais, assim como toda a sociedade, têm deveres associados a estes direitos, que devem ser cumpridos, buscando o melhor interesse desta pessoa em particular e de todos em geral.

A abordagem das situações onde podem ocorrer conflito de interesses tem merecido uma atenção crescente na atualidade, especialmente quanto aos seus aspectos éticos.

Conflito de interesse, de acordo com Thompson, é um conjunto de condições nas quais o julgamento de um profissional a respeito de um interesse primário tende a ser influenciado indevidamente por um interesse secundário. De modo geral, as pessoas tendem a identificar conflito de interesses apenas como as situações que envolvem aspectos econômicos. Outros importantes aspectos também podem ser lembrados, tais como interesses pessoais, científicos, assistenciais, educacionais, religiosos e sociais, além dos econômicos.

O conflito de interesses pode ocorrer entre um profissional e uma instituição com a qual se relaciona ou entre um profissional e outra pessoa. Na área da saúde, os interesses de um profissional ou de seu paciente podem não ser coincidentes, assim como entre um professor e seu aluno, ou ainda, entre um pesquisador e o sujeito da pesquisa, entre o chefe e seu subordinado. Quanto melhor for o vínculo entre os indivíduos que estão se relacionando, maior o conhecimento de suas expectativas e valores. Esta interação pode reduzir a possibilidade de ocorrência de um conflito de interesses.

Inúmeros exemplos de conflito de interesse podem ser citados nas áreas de ensino, assistência, pesquisa, empresarial e prestação de serviços. Uma situação bastante simples, que pode servir de exemplo para a identificação destas possibilidades, é a internação de pacientes em um hospital universitário. O interesse primário do paciente é ser adequadamente atendido. Os profissionais responsáveis pelo seu atendimento, desempenham um duplo papel: assistencial e educativo. O interesse primário dos profissionais é atender adequadamente estes pacientes. Nesta situação ocorre uma plena convergência dos interesses dos profissionais e pacientes. O conflito pode surgir quando o interesse secundário dos professores e alunos, que é o aprendizado que esta situação pode possibilitar, assume o caráter prioritário. Uma possibilidade é a de manter o paciente internado em uma unidade de internação, mesmo quando já tenha condições de ter alta, com a finalidade de expor o caso para um maior número de alunos. Esta situação, também configura um conflito de interesse entre o profissional e a instituição hospitalar, devido o aumento de custos decorrente desta prática.

A área atualmente mais sensível para discussão de conflito de interesses é a da pesquisa. Nesta área podem ser reconhecidos conflitos de interesse tanto na perspectiva do pesquisador, dos participantes de pesquisa quanto da própria sociedade.

Os conflitos de interesse desde o ponto de vista do pesquisador podem ser descritos de múltiplas formas. O conflito entre interesse científico e interesse político já foi várias vezes detectado quando um cientista deixou de divulgar resultados de pesquisas por motivos ideológicos ou alegando "razões de Estado". A não convergência entre interesses científicos e econômicos ficam evidentes quando ocorre a apropriação de bem público produzido em pesquisas, como no

patenteamento de produtos e processos gerados com fundos públicos, quando ocorre a exploração pessoal de resultados institucionais, quando o interesse do patrocinador privado supera a motivação científica, ou quando ocorre o direcionamento de resultados ou conclusões de um estudo. A forma mais comum deste conflito é a omissão de patrocínio ou envolvimento econômico quando um pesquisador publica um artigo científico ou apresenta uma conferência em um congresso. O conflito de interesses econômicos e sociais pode ser exemplificado pelo estabelecimento de cláusulas de não divulgação de resultados negativos ou pelo adiamento desta divulgação com a finalidade de resguardar o potencial mercado.

Cada Profissional tem a obrigação de agir de maneira ética e honesta, e de conduzir suas atividades profissionais de acordo com os interesses da Instituição.

Cada profissional deve se preocupar em evitar situações que representem conflito atual ou potencial entre os seus interesses pessoais e os interesses da Instituição.

Cada Profissional deverá:

- Recusar, no exercício de suas atividades profissionais, qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, comissão, doação, ou vantagens para si, seus familiares ou qualquer outra pessoa;
- Utilizar devidamente recursos, propriedade intelectual, tempo e instalações da Instituição;
- Levantar em conta, nos seus investimentos pessoais, os conflitos de interesse com as atividades exercidas.
- É de responsabilidade de cada profissional notificar imediatamente às instâncias superiores sobre quaisquer situações potencialmente contrárias a princípios éticos, ou que sejam ilegais, irregulares ou duvidosas, ficando garantido o sigilo quanto à fonte de informação.

Ainda, configuram-se como atos não desejáveis:

- prestar serviços de qualquer natureza para outras organizações, remunerados direta ou indiretamente, que conflitem com os interesses da instituição, salvaguardando-se os casos de prévia autorização;
- auferir vantagem financeira privilegiada, direta ou indiretamente, em instituições que mantenham relações comerciais com a instituição;
- aceitar, direta ou indiretamente, dinheiro ou objeto de valor de qualquer pessoa ou entidade que tenha ou esteja interessada em criar relações comerciais com a instituição;
- fornecer a concorrentes ou a terceiros quaisquer informações reservadas sobre clientes, políticas de preços, planos comerciais, econômicos e financeiros;
- repassar a terceiros, de forma indevida, benefícios oferecidos exclusivamente a seus funcionários;
- omitir a existência de cônjuge ou familiares de 1º grau ou pessoas de relações próximas trabalhando ou ocupando posições de influência na instituição, ou que possam influenciar em decisões que afetem os negócios, ou trabalhando em empresa concorrente, fornecedora de produtos e/ou serviços, ou em parceria com a instituição. Este fato deve ser comunicado à sua chefia imediata e registrado no seu termo de compromisso;

- fazer uso indevido de informações reservadas da instituição ou concorrer de forma desleal com a instituição após o seu desligamento da mesma;

Responsabilidade Social

Cada vez mais vemos organizações brasileiras conduzindo sua atividade segundo padrões de responsabilidade social corporativa. "*Responsabilidade social*" é uma forma de conduzir as atividades da empresa de tal maneira que esta torna-se parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social.

A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade e governo, sem esquecer as questões ambientais) e consegue incluir a todos no planejamento de suas atividades.

Diferentemente da filantropia, que trata basicamente de ação social externa, tendo como beneficiário principal a comunidade em suas diversas formas (conselhos comunitários, organizações não-governamentais, associações comunitárias, etc) e organizações, a responsabilidade social engloba preocupações com um público maior, cujas demandas e necessidades a empresa deve buscar incorporar em seus negócios.

A ética é a base da responsabilidade social. Não há responsabilidade social sem ética nos negócios e atividades desenvolvidas pelos setores público e privado. Ética, cultura e valores morais são inseparáveis de qualquer noção de responsabilidade social.

A responsabilidade social empresarial, como se sabe, está na pauta do dia neste início de século. Muito mais que atos isolados de benemerência e filantropia, trata-se, na verdade, de uma consolidada estratégia de integração de empresas e seus consumidores, sob o ponto de vista da comunicação de marketing.

Isto ocorre porque, atualmente, o consumidor está muito mais consciente. Mesmo nas pequenas cidades ou nos bairros de periferia, as pessoas já passam a adotar uma postura de cobrança em relação às empresas, porque quando uma companhia se localiza em um determinado espaço, ela deve criar um vínculo com essa comunidade, uma ligação de envolvimento e não apenas no sentido de gerar empregos. É uma espécie de aliança de saber o que se passa e ocorre na sociedade situada no entorno da corporação e, principalmente, de conhecimento a respeito de quais sejam as suas necessidades.

Tal posição tem despertado tamanho interesse, a ponto de muitas empresas, que até então não adotavam qualquer prática de responsabilidade social passarem a fazê-lo, pressionadas pela sociedade e demais *stakeholders**. Não pretendemos afirmar, com isso, que a atuação das companhias deva ser substituída das ações governamentais, ainda que os governos, desde o descobrimento do país, venham se mostrando incompetentes para promoverem, sozinhos, o desenvolvimento social e do potencial humano. As empresas não devem assumir o papel do Estado. Elas têm, isto sim, de estabelecer uma parceria com seus diferentes públicos, especialmente com a comunidade.

** Palavra, que significa depositários. Pessoa ou grupo com interesse na performance de organização e no meio ambiente na qual opera.*

Nos Estados Unidos, várias empresas passaram a ganhar consumidores devido à postura socialmente correta que adotaram. Em contrapartida, marcas e produtos perderam mercado por não terem programas de apoio a causas sociais, por exemplo. Dois fatores ajudam a acelerar o

processo: globalização e um novo comportamento da sociedade. As pessoas de bem estão tendo de se isolar em condomínios fechados para fugir da violência. Como viver está se tornando uma atividade perigosa, entendem que é preciso ter um conjunto harmônico de desenvolvimento, e não ilhas de progresso. Na hora de comprar, esses indivíduos têm o poder da escolha. Como muitos produtos possuem vários similares, o que os diferencia são os valores agregados. Para esses consumidores, abandonar uma marca e adotar outra é bastante simples.

Pelo exposto, é fácil concluir que a perfeita equação entre empresa e consumidor deve se apoiar, fundamentalmente, na imagem e reputação que ela possui. Contudo, seus executivos têm de ter em mente que a reputação corporativa é algo extremamente difícil de ganhar e muito fácil de se perder. Na maioria das vezes, uma empresa não terá uma segunda chance para causar uma boa primeira impressão.

Ainda que andem juntas e que muitas vezes sejam confundidas, até por alguns profissionais de comunicação, é importante destacar que imagem é diferente de reputação. Imagem é um conjunto de símbolos associados a uma determinada marca, construída, em geral, por uma agência de propaganda, e que pode ser manipulada de acordo com os interesses da empresa. A reputação, por outro lado, se conquista, e é formada a partir da interação da empresa com seus *stakeholders*, sendo de difícil manipulação, ainda que muitas companhias e publicitários se arvoreem nessa tentativa.

Por que isso é importante? Até há pouco tempo, a aura corporativa podia ser analisada como um ativo intangível, incapaz de ser medido. Isto não acontece mais. Quanto mais públicas se tornam as empresas, maiores são as suas responsabilidades, bem como a de seus executivos, responsáveis diretos por sua imagem e reputação no mercado.

O Brasil é um dos países onde a responsabilidade social mais contribui para a imagem e reputação de uma empresa. É o que tem sido revelado por diversas pesquisas de mercado. A última, encomendada pelo IRES Instituto ADVB de Responsabilidade Social, divulgada recentemente, apontou números impactantes. Entre as 2.030 empresas (41% de grande porte, 50% de médio e 9% de pequeno) que responderam à mesma, de um universo de 4195, 98% a consideram como parte integrante de sua visão estratégica. No aspecto da comunicação, 68% divulgaram a ação social realizada nos últimos 3 anos, 26% publicaram balanços sociais como forma de divulgar seus investimentos na área social e 59% se utilizam do marketing para divulgar seus projetos de responsabilidade social. Um dado a ser ressaltado é que 46% das empresas já possuem alguma avaliação sobre a melhoria de sua imagem institucional por desenvolver projetos socialmente responsáveis.

Para conquistar - e manter - uma boa imagem e reputação, a empresa deve usar de honestidade com todos os seus diferentes públicos, ser cuidadosa com o meio ambiente, lidar bem com as reclamações recebidas, ser verdadeira em seus anúncios, prestar bons e consistentes serviços, não sonegar impostos, ter a ética como eixo principal de sua conduta e, sobretudo, ser aberta e transparente.

Ao adotar políticas de responsabilidade social, a empresa passa a integrar um processo de mudança social, em lugar de somente fazer doações e mostrá-las à sociedade por meio de uma bem engendrada campanha de comunicação ou lobby junto à mídia. Somente dessa forma será possível alcançar bons resultados que, invariavelmente, serão traduzidos na maior proximidade com seus colaboradores, fornecedores, consumidores e, notadamente, no incremento de sua imagem e reputação.

Entretanto, para que esta prática seja efetiva, as empresas devem, antes de qualquer medida, "*arrumar a casa*", descobrir sua verdadeira vocação social e permitir que tais valores sejam incutidos em seu "DNA". Somente a partir desse ponto é que ela deve partir para vôos de maior

amplitude. "*Arrumar a casa*" significa, entre outros fatores, criar uma consciência efetiva de seu público interno em relação a um trabalho socialmente responsável. É importante ressaltar, também, que as ações devem ser permanentes e consistentes, para que angariem e promovam credibilidade interna e externa.

Ainda no quesito credibilidade, o estabelecimento de parcerias intersetoriais é, sem dúvida, um dos principais aliados de uma postura socialmente responsável, pois permite desenvolver programas mais ajustados à realidade que se deseja atingir. A ligação com organizações sérias do terceiro setor, que tenham foco e experiência no assunto, mostra-se, portanto, muito proveitosa, por proporcionar benefícios diretos à comunidade de forma mais eficiente.

Código de Ética

O princípio dos princípios é o respeito da consciência, o amor da verdade.

Rui Barbosa

NOSSA MISSÃO

Promover a melhoria contínua da qualidade de vida da sociedade, intermediando recursos e negócios financeiros de qualquer natureza, atuando, prioritariamente, no fomento ao desenvolvimento urbano e nos segmentos de habitação, saneamento e infra-estrutura, e na administração de fundos, programas e serviços de caráter social, tendo como valores fundamentais:

- Direcionamento de ações para o atendimento das expectativas da sociedade e dos clientes;
- Busca permanente de excelência na qualidade de serviços;
- Equilíbrio financeiro em todos os negócios;
- Conduta ética pautada exclusivamente nos valores da sociedade;
- Respeito e valorização do ser humano.

RESPEITO

As pessoas na CAIXA são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade. Exigimos de dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.

Repudiamos todas as atitudes de preconceitos relacionadas à origem, raça, sexo, cor, idade, religião, credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação.

Respeitamos e valorizamos nossos clientes e seus direitos de consumidores, com a prestação de informações corretas, cumprimento dos prazos acordados e oferecimento de alternativa para satisfação de suas necessidades de negócios com a CAIXA.

Preservamos a dignidade de dirigentes, empregados e parceiros, em qualquer circunstância, com a determinação de eliminar situações de provocação e constrangimento no ambiente de trabalho que diminuam o seu amor próprio e a sua integridade moral.

Os nossos patrocínios atentam para o respeito aos costumes, tradições e valores da sociedade, bem como a preservação do meio ambiente.

HONESTIDADE

No exercício profissional, os interesses da CAIXA estão em primeiro lugar nas mentes dos nossos empregados e dirigentes, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros, de forma a resguardar a lisura dos seus processos e de sua imagem.

Gerimos com honestidade nossos negócios, os recursos da sociedade e dos fundos e programas que administramos, oferecendo oportunidades iguais nas transações e relações de emprego.

Não admitimos qualquer relacionamento ou prática desleal de comportamento que resulte em conflito de interesses e que estejam em desacordo com o mais alto padrão ético.

Não admitimos práticas que fragilizem a imagem da CAIXA e denigram o seu corpo funcional.

Condenamos atitudes que privilegiem fornecedores e prestadores de serviços, sob qualquer pretexto.

Condenamos a solicitação de doações, contribuições de bens materiais ou valores a parceiros comerciais ou institucionais em nome da CAIXA, sob qualquer pretexto.

COMPROMISSO

Os dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA estão comprometidos com a uniformidade de procedimentos e com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais. Temos compromisso permanente com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a nossa Instituição.

Pautamos nosso relacionamento com clientes, fornecedores, correspondentes, coligadas, controladas, patrocinadas, associações e entidades de classe dentro dos princípios deste Código de Ética.

Temos o compromisso de oferecer produtos e serviços de qualidade que atendam ou superem as expectativas dos nossos clientes.

Prestamos orientações e informações corretas aos nossos clientes para que tomem decisões conscientes em seus negócios.

Preservamos o sigilo e a segurança das informações.

Buscamos a melhoria das condições de segurança e saúde do ambiente de trabalho, preservando a qualidade de vida dos que nele convivem.

Incentivamos a participação voluntária em atividades sociais destinadas a resgatar a cidadania do povo brasileiro.

TRANSPARÊNCIA

As relações da CAIXA com os segmentos da sociedade são pautadas no princípio da transparência e na adoção de critérios técnicos.

Como empresa pública, estamos comprometidos com a prestação de contas de nossas atividades, dos recursos por nós geridos e com a integridade dos nossos controles.

Aos nossos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia dispensamos tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento dos normativos a que estamos subordinados.

Oferecemos aos nossos empregados oportunidades de ascensão profissional, com critérios claros e do conhecimento de todos.

Valorizamos o processo de comunicação interna, disseminando informações relevantes relacionadas aos negócios e às decisões corporativas.

RESPONSABILIDADE

Devemos pautar nossas ações nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a resguardar a CAIXA de ações e atitudes inadequadas à sua missão e imagem e a não prejudicar ou comprometer dirigentes e empregados, direta ou indiretamente.

Zelamos pela proteção do patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens, equipamentos e demais recursos colocados à nossa disposição para a gestão eficaz dos nossos negócios.

**Buscamos a preservação ambiental nos projetos dos quais participamos, por entendermos que a vida depende diretamente da qualidade do meio ambiente.
Garantimos proteção contra qualquer forma de represália ou discriminação profissional a quem denunciar as violações a este Código, como forma de preservar os valores da CAIXA.**

{...} decência, esse contentor da liberdade, {...} primeiro sinal da consideração do homem por si mesmo e a primeira condição, portanto, do respeito a que aspira dos seus semelhantes.

Rui Barbosa